



Segunda, 17 de Junho de 2013

Notícias

Opinião

Cursos

Clipping

Apoiadores

Gestão

Livros



"BOLSA ESTUPRO"

Manifestantes protestam contra o Estatuto do Nascituro em SP e RJ

CurtirCurtir

Tweet

0

Agência Brasil - 15/06/2013 - 18h59

Manifestantes se reuniram em várias cidades neste sábado (15/6) contra o Estatuto do Nascituro (PL 478/07). Houve protestos em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, em Santa Maria (RS), Florianópolis, em Joinville (SC), Jaraguá do Sul (SC) e em Campina Grande (PB).

Em São Paulo os manifestantes se reuniram na tarde de sábado na Praça da Sé, centro da capital paulista, para protestar contra o projeto que tramita no Congresso e que oferece direitos ao feto concebido a partir de estupro. O ato reuniu, segundo a Polícia Militar, 200 pessoas. Já os organizadores do protesto contabilizaram 3 mil participantes.

O estatuto foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e depende da aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania para ser apreciado em plenário. A proposta prevê que a mulher que engravida após um estupro e não tem condições econômicas de cuidar da criança terá direito a uma pensão alimentícia paga pelo Estado. Caso o estuprador seja identificado, ele será responsabilizado pelo pagamento. A mãe também tem a opção de oferecer a criança à adoção.

Movimentos sociais e feministas, porém, temem que as mulheres que engravidam depois de terem sido violentadas sexualmente sejam impedidas de fazer o aborto, que é legalizado para esta situação.

Sônia Coelho, coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, acredita que a autonomia da mulher tem de ser privilegiada no momento em que ela decide se leva ou não adiante a gravidez decorrente de um estupro. "Para ser pessoa, é todo um processo de criação, de amor, de carinho, de cuidado, de socialização. O óvulo vai ser pessoa se aquela mulher decidir que aquele óvulo vai ser [um indivíduo]", disse.

Para Sônia, o estatuto tira a autonomia feminina. "O Estatuto do Nascituro coloca as mulheres em uma situação de não pessoa, de não sujeito de direitos. Ele dá direito a um óvulo fecundado, em detrimento à vida e ao direito das mulheres. Nós somos radicalmente contra, porque esse projeto significa naturalizar o machismo, a misoginia, aceitar a violência contra as mulheres e banalizar o estupro, que é um crime hediondo", disse.

Guilherme Engeleman Bortoleto, 19 anos, estudante de publicidade e propaganda, classificou o Estatuto do Nascituro como um "retorno à Idade Média". Junto à uma minoria de homens presentes ao protesto, ele carregava uma faixa com os dizeres: "Quem gostaria de ser filho de um estuprador?".

Guilherme acredita que a aprovação da lei poderá aumentar os índices de abortos clandestinos e de morte materna. "É uma questão de saúde pública. Mulheres morrem e a gente não pode ignorar isso. Ninguém fala nada sobre isso, a televisão não mostra. Então, eu repudio essa lei, ela é uma afronta",



Faça de Última Instância a sua home page

Busca

ESPECIAL
JULGAMENTO DO MENSALÃOEspecial
Exame
da OABGESTÃO &
DIREITOESPECIAL
Concursos
JurídicosLEITURAS
DE VERÃO

Leia mais:

Caravana julga processos de anistia e faz reparação coletiva de perseguidos da ditadura

Maria do Rosário critica violência nos manifestos em São Paulo

Truculência policial é algo inaceitável, afirma Comissão de Direitos Humanos da OAB

Advogados dão recomendações para pessoas que foram feridas durante protesto

argumentou.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, um protesto, organizado pelas redes sociais, reuniu jovens na Praia de Copacabana. Eles marcharam pela Avenida Atlântica com cartazes e faixas com dizeres como "Estuprador não é pai, é criminoso", "Ventre livre", "Nascituro no ventre dos outros é refresco", "O Estatuto do Nascituro estupra meu direito" e "Não queremos bolsa-estupro, queremos segurança".

O projeto de lei foi aprovado na semana passada pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e prevê, entre outras medidas, pagamento de um salário mínimo como pensão alimentícia para crianças concebidas em ato de violência sexual. Se o agressor não for identificado para pagar a pensão, o Estado arcará com o valor. A proposta já foi aprovada também pela Comissão de Seguridade Social e Família e segue para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa.

Apoiadora do movimento contrário à medida, a deputada federal Jandira Feghali (PcdoB - RJ) argumenta que a aprovação do projeto será um retrocesso enorme na legislação do país, já que o direito ao aborto em caso de estupro é previsto em lei desde 1940.

"Essa aprovação na Comissão de Finanças e Tributação é uma agressão, uma violência ao Estado Democrático de Direito. É um crime hediondo ser legitimado no corpo das mulheres, que serão agora seduzidas a um financiamento, a uma bolsa, para manter a gravidez de um estuprador, ou se a mulher não quiser o filho o, Estado oferece a adoção. Então, são mulheres sendo tratadas como barriga de aluguel de estuprador".

A deputada informa que, se o Projeto de Lei 478/2007 for aprovado na CCJ, irá apresentar requerimento para que o texto seja analisado pelo plenário. "Isso é uma violência, é inaceitável. Não acredito que a Câmara dos Deputados aprove essa lei, foi a decisão de uma comissão, mas tenho certeza que isso mais para frente será barrado por nós lá e pela própria sociedade, que já reage a esse processo".

A coordenadora-geral da UBM (União Brasileira de Mulheres) no Rio de Janeiro, Mônica Miranda, explica que a marcha foi organizada pela internet e a entidade se incorporou ao movimento.

"Neste momento, todas nós temos que estar juntas, porque é uma aberração esse projeto de lei. Nós estamos nos mobilizando, porque não podemos permitir que isso aconteça. Isso é uma afronta, é uma questão de humanidade, de direitos humanos. Então, estamos na luta", acrescentando que a organização está chamando para um ato no dia 24 de junho na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

[Siga Última Instância no Twitter](#)

➡ Comentar

Publicar no FacebookComentário usando...

 Plug-in social do Facebook

Livros sobre direitos humanos

- Dias de visita retrata relação entre mulheres de presos e moradores de cidade do interior paulista
- Notas sobre o "livro-bomba" do ex-delegado Guerra
- Um guia para entender a Comissão da Verdade
- Livro traça o percurso pela formação dos Direitos Humanos